

Aula 05

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Thaís de Cássia Rumstain

10 de Junho de 2025

DO LITISCONSÓRCIO. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.

Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto?	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	2
Questões estratégicas.....	23
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	29
Perguntas.....	29
Perguntas com respostas	30
Lista de Questões Estratégicas	35
Gabarito	37

O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de 2020 a 2025, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOCP**, exclusivamente para o **nível superior**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual

Tópico		% de cobrança Instituto AOCP
Do Litisconsórcio (arts. 113 a 118)		66,67%
Da Intervenção de Terceiros (arts. 119 a 138)	Da Assistência	11,11%
	Da Denúnciação da Lide	11,11%
	Do Chamamento ao Processo	11,11%
	Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	0,00%
	Do Amicus Curiae	0,00%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

DO LITISCONSÓRCIO

Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

I - Entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

II - Entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir;

III - Ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

§ 1º O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

§ 2º O requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.

Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

Art. 115. A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será:

I - Nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo;

II - Ineficaz, nos outros casos, apenas para os que não foram citados.

Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.

Art. 116. O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

Art. 117. Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

Art. 118. Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.



2. Note que os artigos tratam da presença de mais de um autor ou réu na relação processual. E por que isso ocorre?

- Seu grande fundamento é a economia processual e a segurança jurídica, pois haverá um único processo, julgado pelo mesmo juiz e uma única sentença, evitando-se decisões conflitantes.
- Sem o litisconsórcio, seriam ajuizados diversos processos e com risco de se ter decisões diferentes, para pessoas que se encontrassem na mesma situação jurídica.
- Pode-se formar um litisconsórcio ativo, passivo ou misto/recíproco:

LITISCONSÓRCIO ATIVO	LITISCONSÓRCIO PASSIVO	LITISCONSÓRCIO MISTO OU RECÍPROCO
dois ou mais autores	dois ou mais réus	dois ou mais autores e dois ou mais réus.

3. Em relação ao momento em que o litisconsórcio se forma, teremos:

LITISCONSÓRCIO INICIAL	LITISCONSÓRCIO ULTERIOR
A ação já inicia com dois ou mais autores ou dois ou mais réus	A pluralidade de pessoas se dá após o início da relação processual.
	O litisconsórcio ulterior pode se dar: <ul style="list-style-type: none">➤ na intervenção de terceiros – assistência litisconsorcial, denúncia à lide ou chamamento ao processo.➤ substituição das partes.

4. Na leitura do artigo 113 do CPC encontraremos o LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO, cujas hipóteses de formação são essenciais para a resolução das questões. A diferenciação entre litisconsórcio facultativo e necessário é comumente cobrada nas provas.

- Ocorre quando as partes não são obrigadas a agir conjuntamente. Se as partes quiserem, elas podem propor diversas ações.
- Apenas a título de exemplo para uma situação geral. Imaginem um acidente de carro, em que o motorista atropela 5 pessoas. As vítimas podem pedir a reparação de forma conjunta ou isoladamente, ingressando, cada uma com uma ação.
- Ainda, supondo que tenha concorrido para o atropelamento mais de uma pessoa, a ação poderá ser proposta contra todos os causadores do atropelamento.
- Então vejam que interessante: caso as várias vítimas decidam propor uma única ação contra todos os causadores dos danos, teremos litisconsórcio ativo e passivo facultativos. O que quero dizer é que os conceitos vistos acima podem ser cumulados.



FIQUE ATENTO: O litisconsórcio nas ações indenizatórias é FACULTATIVO: “os litisconsórcios das ações indenizatórias serão sempre facultativos, na modalidade ativa ou passiva, podendo cada um dos prejudicados, isolada ou conjuntamente, pleitear, em juízo, o direito ao ressarcimento”.

- Nos incisos I, II e III do artigo 113 do CPC, você encontrará os permissivos para a formação do litisconsórcio facultativo, seja ele ativo ou passivo, então decore que duas ou mais pessoas poderão litigar, no mesmo processo, quando:
 - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;
 - entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir;
 - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- Embora as pessoas possam formar um litisconsórcio facultativo, nas hipóteses acima previstas, essa regra não é absoluta, uma vez que no parágrafo 1º do artigo 113, você verificará que **o juiz tem o poder de limitar o número de litigantes**, quando:
 - Comprometer a rápida solução do litígio ou
 - Implicar em dificuldade para a defesa ou cumprimento de sentença.
- Destaca-se do artigo que o requerimento de limitação **INTERROMPE** o prazo para manifestação ou resposta, que **RECOMEÇARÁ** da intimação da decisão que solucionar a limitação.

5. Coube ao artigo 114 do CPC definir o que seria o LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO.

Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

- Portanto, será necessário o litisconsórcio quando
 - a lei assim determinar, ou seja, a lei impõe que se forme um litisconsórcio
 - ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- O problema desse artigo é que ele não traz um rol taxativo das hipóteses de litisconsórcio necessário, deixando as hipóteses esparsas na legislação.
- Exemplo de litisconsórcio por determinação legal: é o caso das ações em que se discute direito sobre imóveis de uma pessoa que seja casada. Assim, ao se propor ação contra um dos cônjuges casado por comunhão de bens, por exemplo, o outro cônjuge, por determinação legal, deve participar do processo.
- Exemplo de litisconsórcio pela natureza jurídica da obrigação: dissolução da sociedade proposta por um dos sócios. Nesta hipótese, todos os outros sócios deverão constar no polo passivo da ação, já que está em jogo o direito de todos os sócios.



- Cuidado! Em regra, não é possível a existência de litisconsórcio ativo necessário. **E é assim que você deve responder em prova!**

“Não há litisconsórcio ativo necessário, pois não se pode constranger alguém a participar do polo ativo de uma ação. Aliás, o direito processual não oferece nenhum mecanismo para tanto. Só participa do polo ativo aquele que espontaneamente o faz”.

“É que, em se tratando de um litisconsórcio necessário, curial a intervenção do procurador substabelecete, para, nos termos do parágrafo único do artigo 47 do Código de Processo Civil, determinar-se a citação deste. Não se olvida a existência de divergência doutrinária e jurisprudencial quanto à admissibilidade de formação de litisconsórcio necessário no polo ativo da demanda, especialmente por tangenciar interesses constitucionalmente controvertidos, o direito de agir (de acionar), de um lado, e a liberdade de não demandar, do outro. Efetivamente, na hipótese em que o exercício de determinando direito de alguém encontra-se condicionado ao ingresso no Poder Judiciário por outrem, seja em virtude de lei, ou em razão da relação jurídica material existente entre os litisconsortes, é de se admitir, em caráter excepcional, a formação de litisconsórcio ativo necessário”.

- Nos casos de **litisconsórcio passivo necessário**, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo sem análise do mérito.

6. É essencial conhecer os demais dispositivos que se aplicam ao litisconsórcio, tendo uma visão global sobre o tema, dentro do CPC.

DA DENUNCIAÇÃO

Art. 128. Feita a denúncia pelo réu:

I - Se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, **em litisconsórcio, denunciante e denunciado**;

DO CHAMAMENTO

Art. 131. A **citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio** passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

Parágrafo único. Se o chamado residir em outra comarca, seção ou subseção judiciárias, ou em lugar incerto, o prazo será de 2 (dois) meses.

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Art. 334.

§ 6º Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por **todos** os litisconsortes.

DA CONTESTAÇÃO



Art. 335.

§ 1º No caso de **litisconsórcio passivo**, ocorrendo a hipótese **do art. 334, § 6º**, o **termo inicial** previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a **data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência**.

§ 2º Quando ocorrer a hipótese **do art. 334, § 4º, inciso II**, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência.

DA RECONVENÇÃO

Art. 343.

§ 4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

7. O artigo 116 do CPC tratará da hipótese de LITISCONSÓRCIO UNITÁRIO, mas não o confunda com o litisconsórcio facultativo ou necessário, pois ele poderá existir nas duas modalidades.

- Litisconsórcio unitário: quando a sentença deve ser idêntica para todos os litisconsortes, ou em outros termos, o litisconsórcio será unitário quando, **pela natureza da relação jurídica**, o juiz precisar **decidir o mérito de modo uniforme** para todos os litisconsortes.
- Exemplo: anulação de deliberação realizada em assembleia geral. Percebam que neste caso, a decisão deve ser única para todos. Não é possível que a sentença, neste caso, seja diferente para cada uma das pessoas afetadas pela decisão.
- Pode ser facultativo ou necessário!!!
- Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar. Como assim???
- No unitário, os atos feitos por um dos litisconsortes quando benéficos, aproveitam-se a todos. É o caso de um recurso interposto por um litisconsorte e que todos serão beneficiados por sua interposição.
- Os atos prejudiciais praticados por um dos litisconsortes, como a confissão feita por um, ela não terá efeito sobre os outros.

LITISCONSÓRCIO UNITÁRIO	LITISCONSÓRCIO SIMPLES
Quando a sentença deva ser idêntica para todos os litisconsortes, ou em outros termos, o litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.	Não se tem a obrigatoriedade de se ter uma identidade de julgamento a todos.



8. Algumas observações importantes sobre o tema:

- A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será:
 - nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo;
 - ineficaz, nos outros casos, apenas para os que não foram citados.
 - A sentença só será nula se a sentença for desfavorável ao litisconsorte não citado.
- Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento. Esta regra só vale para os processos físicos.
- Na ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu, mas havendo 2 ou mais réus (litisconsórcio passivo) com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.
- O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.
- A revelia não produz efeito quando havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.
- Quando houver mais de um réu, o dia do começo do prazo para contestar será contado a partir da última citação feita.
- O litisconsorte não pode pleitear o depoimento pessoal dos outros litisconsortes, já que figuram no mesmo lada da demanda, inexistindo fato controverso a ser objeto de prova.

9. E se o juiz não aceitar o litisconsórcio? Interpõe-se **agravo de instrumento**!

“O incabimento do litisconsórcio passivo por ausência de requisito previsto no artigo 46 do CPC não deve levar, necessariamente, à extinção do processo, seja por ilegitimidade de parte, seja pela ausência de pressuposto ao desenvolvimento válido e regular do feito. Assim, atento ao princípio da economia processual, presentes as demais condições da ação, deve o magistrado desdobrar os autos em tantos processos quantos forem os litígios”.

DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1. Antes de sabermos quem são os terceiros no processo, é preciso saber quem é parte do processo.

- As partes nada mais são do que os sujeitos parciais do processo.
- Isso mesmo. Sujeitos parciais, já que elas possuem **interesse** em serem beneficiadas pela coisa julgada.



- Para que a pessoa se torne parte, é necessário que ela ingresse com a demanda ou que seja chamada em juízo para processar ou intervir em processo já existente.
- Então, terceiro é aquele estranho à relação processual inicialmente estabelecida entre autor e réu.

2. A intervenção de terceiros possui proteção constitucional, ao instituir no artigo 5º, inciso XXXV a garantia de acesso ao poder judiciário em caso de "ameaça" a direitos.

- Desse modo, se a relação jurídica entre as partes, disputada em juízo, puder, mesmo que de maneira reflexa, projetar-se sobre o terceiro (que não é parte originária do processo), a CF/88 assegura a possibilidade de sua intervenção.
- Ou seja, as regras estabelecidas no CPC regulamentam uma garantia constitucional processual.

3. Nos artigos 199 a 138, o Código de Processo Civil tratará da intervenção de terceiros, assim estruturada:

- Da Assistência – Disposições Comuns – **Artigos 119 e 120**
- Da Assistência Simples – **Artigos 121 a 123**
- Da Assistência Litisconsorcial – **Artigo 124**
- Denúnciação da Lide – **Artigos 125 a 129**
- Do Chamamento ao Processo – **Artigos 130 a 132**
- Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica – **Artigos 133 a 137**
- Do Amicus Curiae – **Artigo 138**

DA ASSISTÊNCIA

1. Importante destacar que a assistência passou a fazer parte da intervenção de terceiros com o CPC/2015, pois no CPC/73 ela era regulamentada ao lado do litisconsórcio, em capítulo separado. É essencial que você não confunda o litisconsórcio com a intervenção de terceiros.

Intervenção de Terceiros	Litisconsórcio
Terceiro é aquele que é estranho à relação processual inicialmente estabelecida entre autor e réu.	Os litisconsortes são partes originárias do processo, ainda que no em seu começo, por equívoco, não tenham sido nomeados na



	petição inicial (litisconsórcio necessário).
--	--


- Pode-se dizer que a intervenção de terceiros pode ser típica ou atípica, embora para a sua prova seja essencial conhecer as formas típicas, apenas citaremos as formas atípicas, para que você não as confunda:

Formas típicas de intervenção de terceiros	Formas atípicas de intervenção de terceiros
<ul style="list-style-type: none"> - assistência simples - assistência litisconsorcial - chamamento ao processo - denúncia da lide - amicus curiae - desconsideração da personalidade jurídica 	<ul style="list-style-type: none"> - recurso de terceiro prejudicado - intervenção anômala ou anódina dos entes públicos - intervenção especial na ação de alimentos - reconvenção subjetivamente ampliada - intervenção litisconsorcial voluntária - intervenção do Estatuto da Criança e do Adolescente
<ul style="list-style-type: none"> ➤ as duas formas de assistência previstas no antigo CPC passaram a integrar a intervenção de terceiros no CPC 2015. ➤ nomeação à autoria que existia no CPC/73, foi excluída. ➤ a oposição foi deslocada para os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. ➤ foram incluídas como intervenção pelo novo CPC: amicus curiae e incidente de desconsideração da personalidade jurídica. ➤ Artigo 10 da Lei 9.099/95, veda a intervenção de terceiros no âmbito dos juizados especiais. Destaca-se que há divergências quanto a essa impossibilidade e, ainda, projeto de lei para alterar expressamente a Lei 9.099/95, nesse ponto. ➤ A Lei 10.259 (Lei dos Juizados Especiais Federais) previu a intervenção do amicus curiae no incidente de uniformização de jurisprudência, inserindo essa figura no Sistema dos Juizados. ➤ A desconsideração da personalidade jurídica tem determinação expressa de aplicabilidade aos Juizados Especiais – art. 1.062 do CPC/15!!! 	




2. É essencial que você saiba distinguir as formas de assistência: SIMPLES X LITISCONSORCIAL

- A assistência pode ser:
- **Simples:** o assistente, em nome próprio, auxiliará na defesa de direito alheio, isso é, o substituto agirá em nome próprio, contudo, não poderá transigir, renunciar ou reconhecer o pedido, já que, insiste-se, ele é mero auxiliar da relação processual.

 O assistente simples é titular de uma relação de direito material com o autor ou com o réu, distinta da relação que se discute em juízo, mas o assistente tem interesse que o pronunciamento jurisdicional seja ou não favorável a uma das partes.

- O assistente atua somente de forma complementar, eventual recurso interposto só por ele, não será reconhecido.
- Se o assistido, aquele que integra a relação processual originária, for omissor ou revel, o assistente será seu substituto processual.
- Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que:
 - ⇒ I - pelo estado em que recebeu o processo ou pelas declarações e pelos atos do assistido, foi impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença;
 - ⇒ II - desconhecia a existência de alegações ou de provas das quais o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.
- **Litisconsorcial:** considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

 O assistente litisconsorcial é titular da relação jurídica de direito material disputada no processo originário e será diretamente alcançado pela coisa julgada.

- É aquele que passa a integrar a lide na qualidade de litisconsorte ulterior.
- O assistente litisconsorcial também é titular do direito material que se está discutindo no processo, por isso, ele pode praticar atos sem se subordinar ao assistido, tendo poderes para pedir o julgamento antecipado da lide, recorrer e até mesmo de executar a sentença.

Assistência Simples ou Adesiva	Assistência Litisconsorcial ou Qualificada
<ul style="list-style-type: none">- Aqui, o interesse do assistente é indireto.- lide pendente- lide alheia	<ul style="list-style-type: none">- Aqui, o assistente defende direito dele, direito próprio. <p>DECISÃO STJ/2015</p>



<ul style="list-style-type: none">- interesse jurídico- o interesse não pode ser somente moral, efetivo ou econômico	Indefiro o pedido de ingresso como assistente litisconsorcial de Maria Shirley Alves (petição de fls. 1.299/1.301), uma vez que não configura interesse jurídico apto a justificar o ingresso de terceiro como assistente em processo submetido ao rito do art. 543-C do CPC o fato de a requerente ser parte em outro feito no qual se discute tese a ser firmada em recurso repetitivo. STJ/2015
A diferença entre elas reside basicamente no interesse jurídico do assistente. Assim, quando o interesse do assistente for indireto , isto é, não vinculado diretamente ao litígio , diz-se que a assistência é simples ou adesiva . Por outro lado, se o interesse for direto , hipótese em que o terceiro poderia ter sido parte , tem-se a figura da assistência litisconsorcial ou qualificada . Vale dizer, se o assistente defender direito próprio, a assistência é denominada litisconsorcial. (Guida, Maria dos Reis)	

3. No tocante ao momento da intervenção de terceiro, na modalidade de assistência e a forma como ela se processará, você deve memorizar:

- A assistência pode se dar desde depois da citação do réu até o trânsito em julgado da sentença.
- Estando o processo em segundo grau de jurisdição, a intervenção de dará por meio de recurso de terceiro prejudicado.
- Feito o pedido de intervenção, o juiz determinará a intimação das partes para que se manifestem sobre a assistência.
- Se não houver impugnação no prazo de 15 dias ou se não for o caso de se rejeitar liminarmente a assistência, o assistente será admitido no processo.
- Se qualquer das partes alegar que falta interesse ao assistente, o juiz decidirá a questão, mas sem suspensão do processo.
- Contra a decisão que aceita ou que rejeita o assistente, caberá AGRAVO de INSTRUMENTO.

Art. 120. Não havendo impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, o pedido do assistente será deferido, salvo se for caso de rejeição liminar.

Parágrafo único. Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo.

4. Por fim, no tocante à eficácia da intervenção, lembre-se do caráter acessório da participação do assistente simples, pois não sendo ele "parte principal", não se sujeitará à coisa julgada, mas dependendo da intensidade de sua participação no processo, estará vinculado à imutabilidade dos fundamentos de fato e de direito. É o que se extrai da leitura do artigo 123, CPC:



Art. 123. Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que:

I - Pelo estado em que recebeu o processo ou pelas declarações e pelos atos do assistido, foi impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença;

II - Desconhecia a existência de alegações ou de provas das quais o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.

DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

1. A matéria é tratada nos artigos 125 a 129 do CPC e que corresponde ao antigo artigo 70, do CPC/73. Faça a leitura dos dispositivos, sem marcação, e, apenas ao final do relatório, faça as marcações pertinentes, de acordo com os principais apontamentos.

2. Por se tratar de um assunto com mudanças significativas em relação ao CPC/73, você deverá ficar atento aos pontos de alteração legislativa, que poderão ser utilizadas para confundir.

- Trata-se de trazer ao processo um terceiro, o denunciado, com o objetivo de se evitar ações regressivas e autônomas, em atenção ao princípio da economia processual, além de se evitar decisões eventualmente conflitantes.
- Uma das novidades do CPC/15 consiste em permitir que **ambas as partes formulem o pedido de denúncia**. Pelo autor, será requerida na inicial e pelo réu, em defesa.
- Outra novidade diz respeito a **não obrigatoriedade da denúncia**, pois o CPC/73 dizia ser "obrigatória", ao passo que o CPC/2015 utiliza-se da expressão "**é admissível**". Então esteja atento à eventuais pegadinhas em questões que tratem da denúncia como obrigatória!

Art. 125. *É admissível a denúncia da lide, promovida por qualquer das partes:*

- Outro exemplo da não obrigatoriedade está **no artigo 1.072, II do CPC**, que revogou expressamente **o artigo 456 do CC/2002**:

Art. 456. *Para poder exercitar o direito que da evicção lhe resulta, o adquirente notificará do litígio o alienante imediato, ou qualquer dos anteriores, quando e como lhe determinarem as leis do processo. (Revogado pela Lei n ° 13.105, de 2015) (Vigência)*

Parágrafo único. Não atendendo o alienante à denúncia da lide, e sendo manifesta a procedência da evicção, pode o adquirente deixar de oferecer contestação, ou usar de recursos. (Revogado pela Lei n ° 13.105, de 2015) (Vigência)

- Para finalizar, veja que o próprio parágrafo 1º do artigo 125, CPC estabelece a ação regressiva na hipótese de a denúncia deixar de ser promovida:



§ 1º O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a **denúnciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.**

- Importante: a natureza jurídica é de ação condenatória na lide secundária, movida pelo denunciante, contra o denunciado.
- Com a denúnciação teremos duas ações que tramitam dentro de um mesmo processo.
- Destaca-se, ainda, que existe uma relação de prejudicialidade, isso é, a denúnciação somente será analisada quando o denunciante perder a ação principal.
- Importante destacar que a denúnciação da lide se dá no processo de conhecimento, mas não no de execução.

3. Você precisa memorizar e compreender as hipóteses de cabimento, previstas no artigo 125 do CPC.

A) Alienante imediato:

Art. 125. É admissível a denúnciação da lide, promovida por qualquer das partes:

I - Ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;

- Daremos um exemplo para facilitar a compreensão: João compra um imóvel de Thais, e posteriormente, Tulio propõe uma ação contra João, que comprou o imóvel de Thais, alegando que o imóvel é de sua propriedade, pois comprou de Thais, antes.
- João pode fazer denúnciação da lide à Thais, para se ressarcir de eventual indenização, se o juiz decidir que Tulio é o verdadeiro proprietário.
- Temos a evicção em que João vai perder o imóvel por força de decisão judicial.

B) Obrigado por lei ou por contrato a indenizar

II - Àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

- Este inciso é o típico caso de seguradora. Ocorreu um acidente de trânsito. O autor propõe ação contra o réu, já que sofreu acidente de trânsito. Se o réu tiver seguro contra terceiros, ele faz denúnciação da lide contra a seguradora para que ela responda pelos prejuízos que o segurado causou.
- Veja a economia processual:
Primeira lide (principal): autor e réu
Segunda lide (acessória): denunciante e denunciado



Vamos detalhar?

- se o denunciante for vencido na ação principal, o juiz passa ao julgamento da denúncia.
- se vencedor, a ação de denúncia não terá seu pedido examinado, isso é, se o denunciante, seja autor ou réu, sair vitorioso, a ação regressiva estará prejudicada.

4. Como apontamos, o CPC/15 trouxe a novidade da denúncia poder ser feita pelo autor ou pelo réu. Apontaremos algumas diferenças entre elas.

- **Denúncia feita pelo réu:** vamos supor que um prédio tenha sido mal construído e que algumas pessoas ingressem com ação contra a construtora. Esta, já denuncia a lide em relação ao engenheiro responsável pela obra.
- A denúncia feita pelo réu será feita no prazo para a contestação e a citação de denunciante deve ser feita no prazo de 30 dias.
- Algumas coisas podem ocorrer aqui, senão vejamos:

Art. 128. Feita a denúncia pelo réu:

I - Se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, em litisconsórcio, denunciante e denunciado;

II - Se o denunciado for revel, o denunciante pode deixar de prosseguir com sua defesa, eventualmente oferecida, e abster-se de recorrer, restringindo sua atuação à ação regressiva;

III - Se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor na ação principal, o denunciante poderá prosseguir com sua defesa ou, aderindo a tal reconhecimento, pedir apenas a procedência da ação de regresso.

Parágrafo único. Procedente o pedido da ação principal, pode o autor, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado, nos limites da condenação deste na ação regressiva.

- **Denúncia feita pelo autor:** uma pessoa compra um imóvel que está ocupado por outra que não é o antigo dono. Então, o comprador promove a ação reivindicatória contra o possuidor do bem e já denuncia a lide ao vendedor para que este lhe responda pela evicção.
- A denúncia feita pelo autor será requerida na própria petição inicial. Primeiro, o juiz ordena a citação do denunciado, para que ele exerça seu direito de defesa em relação à ação regressiva e aditar a petição inicial, já que ele será litisconsorte do denunciante. Se ele permanecer inerte, será considerado revel na ação regressiva.
- Obs.: a denúncia pode ser negada pelo juiz. O recurso cabível é o agravo de instrumento. Se o juiz aceitar, ação principal e secundária correrão juntas e serão decididas em uma única sentença.



Art. 125. *É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes:*

I - Ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;

- Evicção é a perda da coisa em virtude de uma sentença judicial, por direito anterior ao contrato.
- É possível tanto na posição de réu como na posição de autor.
- Na posição de autor: comprador de um imóvel move ação reivindicatória contra o possuidor do imóvel e, ao mesmo tempo, denuncia a lide ao vendedor, para que responda pela evicção.
- Na posição de réu: eu comprei uma casa e sou citado em ação de usucapião, assim, eu denuncio a lide ao vendedor para que responda pela evicção.
- Obs.: No tocante à denunciação da lide sucessiva, o CPC/15 limitou-a a **uma única vez**, isto é, **o denunciado poderá promover nova denunciação contra o seu alienante imediato ou o responsável por indenizá-lo, mas este último não poderá promover nova denunciação sucessiva (per saltum).**
- Exemplo: João compra um bem e é demandado em ação reivindicatória de Thais. Na contestação, João denuncia a lide àquele que lhe vendeu o bem, o Tulio. Contudo, tem-se a possibilidade de denunciar o Heber que é o antecessor imediato.

Art. 125. *É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes:*

II - Àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

- Em relação a este inciso, é preciso ter cuidado com o posicionamento do STJ:
- A denunciação da lide somente deve ser admitida, quando o denunciado está obrigado, pela lei ou contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

Art. 125. *É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes:*

I - Ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;

II - Àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

§ 1º O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.

- Se a denunciação da lide não for aceita pelo juiz, ou se ela não for feita, ainda assim, será possível que se ingresse com uma nova ação contra a pessoa.

§ 2º Admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.



- O que isso significa? Temos então, uma denúncia da lide, sendo possível haver mais uma.
- O réu passou a ser denunciado e chamou o denunciado, este denunciado pode trazer mais uma pessoa para outra lide eventual e para por aí. Não pode haver uma terceira denúncia.
- Caso este segundo denunciado tiver direito de regresso contra outra pessoa, ele terá que ingressar com outra ação, o que o CPC chama de ação autônoma.
 - não é possível a denúncia da lide nos casos de responsabilidade objetiva do Estado.
 - não é possível a denúncia da lide nos casos de relação de consumo.
 - a denúncia da lide tem caráter prejudicial, certo? Ela somente será analisada quando o denunciante perder a ação, lembram? Ocorre que no caso de responsabilidade civil das seguradoras, admite-se a sua condenação direta.
- E como funcionam as verbas de sucumbência?
 - 1) Tanto a ação principal quanto à secundária são procedentes:
Denunciante arcará com o ônus da sucumbência da ação principal e o denunciado com o ônus da lide secundária.
 - 2) A ação principal é procedente e a secundária improcedente:
O denunciante arcará com o ônus da sucumbência da ação principal e da secundária.
 - 3) A denúncia da lide não é conhecida em razão do julgamento favorável ao denunciante na ação principal:
O denunciante deverá arcar com as verbas a favor do denunciado.

DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

1. Na sequência dos artigos que tratam da intervenção de terceiros, temos os artigos 130 a 132, que tratam do chamamento do processo.

- O chamamento ao processo é uma forma de intervenção de terceiro, operada pelo RÉU, com o objetivo de fazer integrar a lide, no polo passivo, aqueles que tenham qualidade de devedor solidário da obrigação discutida nos autos do processo.

2. Você não pode confundir o chamamento ao processo com a denúncia da lide.

Chamamento ao processo	Denúncia da lide
- só o réu é que pode requerer que outra parte faça parte daquela lide.	- denúncia da lide existe para o autor e para o réu.



<ul style="list-style-type: none">- é litisconsórcio passivo de iniciativa do réu.- o momento do chamamento é na contestação, sob pena de reclusão. <p>Obs.: É cabível chamamento ao processo nas ações de alimento.</p> <p>Embora não exista obrigação solidária na ação de alimentos, já que cada um responde na medida de seus rendimentos, o STJ tem aceitado o chamamento, mas apenas quando frustrada a obrigação principal por parte dos pais, podendo haver obrigação alimentícia de outros parentes, como os avós, por exemplo.</p> <p>Obs.: a prestação de alimentos ao idoso é de obrigação solidária.</p>	<ul style="list-style-type: none">- objetiva a inclusão do devedor principal ou dos coobrigados pela dívida para integrarem o polo passivo da relação já existente, a fim de que o juiz declare na mesma sentença, a responsabilidade de cada um.- é litisconsórcio ulterior, passivo e facultativo, podendo ser unitário ou simples, a depender da indivisibilidade ou não da dívida solidária.
--	---

Art. 130. *É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu:*

I - Do afiançado, na ação em que o fiador for réu;

- A fiança gera uma responsabilidade solidária. Então, o credor pode ingressar com uma ação contra o fiador e este pode chamar ao processo o devedor original, compondo o polo passivo.

II - Dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles;

- Se houver vários fiadores e um for acionado, ele pode trazer ao processo outros fiadores.

III - Dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

- Havendo uma dívida solidária, em que cada um responde pelo todo, o autor pode ingressar com ação apenas contra um. Nesta hipótese o réu pode chamar ao processo os demais devedores solidários pela dívida.
- A finalidade do chamamento ao processo é a constituição de um título executivo para posterior sub-rogação, ou seja, o autor vai cobrar a dívida do réu, e o réu também tem o direito de cobrar a dívida dos outros codevedores.

Isso é de extrema importância!



Chamamento ao processo	Denúnciação da lide
<p>Art. 130. É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu:</p> <p>I - do afiançado, na ação em que o fiador for réu;</p> <p>II - dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles;</p> <p>III - dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.</p>	<p>Art. 125. É admissível a denúnciação da lide, promovida por qualquer das partes:</p> <p>I - ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;</p> <p>II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.</p>

2. Esteja atento ao remédio processual em caso de indeferimento do chamamento ao processo, bem como ao deferimento do chamamento. Em ambos os casos caberá AGRADO DE INSTRUMENTO.

3. Não há suspensão do processo enquanto estiver pendente a citação do denunciado ou do chamado ao processo.

DA DESCONSIDERAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

1. A desconsideração da personalidade jurídica é uma das formas de intervenção de terceiros, contida nos artigos 133 a 137 do Código de Processo Civil, que a denominou como Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.

CAPÍTULO IV

DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 133. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

§ 1º O pedido de desconsideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei.

§ 2º Aplica-se o disposto neste Capítulo à hipótese de desconsideração inversa da personalidade jurídica.



Art. 134. O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

§ 1º A instauração do incidente será imediatamente comunicada ao distribuidor para as anotações devidas.

§ 2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

§ 3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do § 2o.

§ 4º O requerimento deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconconsideração da personalidade jurídica.

Art. 135. Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 136. Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória.

Parágrafo único. Se a decisão for proferida pelo relator, cabe agravo interno.

Art. 137. Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

2. A desconconsideração da personalidade jurídica NÃO está prevista apenas no CPC, mas também aparece no Código de Defesa do Consumidor, no artigo 28 e parágrafos:

SEÇÃO V

Da Desconconsideração da Personalidade Jurídica

Art. 28. O juiz poderá desconconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, **houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social**. A desconconsideração também será efetivada quando **houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração**.

§ 1º (Vetado).

§ 2º As **sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente** responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 3º As **sociedades consorciadas** são **solidariamente** responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 4º As **sociedades coligadas** só responderão por **culpa**.



§ 5º Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

- Note que o CPC fala de pressupostos legais específicos, que estarão previstos no Código Civil, por exemplo. No entanto, em relação ao Código de Defesa do Consumidor traz elementos objetivos para que seja possível a desconsideração da personalidade jurídica, como por exemplo, "mera insolvência", "violação de estatuto e contrato social" e os demais previstos **no caput do art. 28**. A razão disso se encontra na facilitação da defesa dos consumidores em juízo (art. 6º, VIII do CDC).
- O CDC ainda amplia a possibilidade de que ocorra a desconsideração da personalidade jurídica ao prevê-la nos casos em que "for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores", o que afasta a taxatividade prevista no caput, ou seja, para além daquelas previsões, qualquer ato que obste, de alguma forma, o ressarcimento, estariam sujeitos à desconsideração da personalidade jurídica. Os requisitos são abrangentes e dispensam a fraude.

TEORIA MENOR X TEORIA MAIOR

Teoria Maior

- Exige-se requisitos específicos para a desconsideração da personalidade jurídica, como ocorre, por exemplo, com o desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- Exemplo, Art. 50, CC/02: Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- Enunciado 146 da II Jornada de Direito Civil do CNJ estabelece que *"nas relações civis, interpretam-se restritivamente os parâmetros de desconsideração da personalidade jurídica previstos no art. 50"*.

Teoria Menor

- Basta que haja o inadimplemento para que o juiz possa determinar a desconsideração da personalidade jurídica e consequente acesso aos bens dos sócios, não importa nesse caso se houve fraude ou confusão patrimonial, por exemplo, basta apenas o inadimplemento perante os credores.
- Importante destacar que **no Art. 28, caput**, também encontramos a adoção da Teoria Maior, restando ao §5º as hipóteses de adoção da Teoria Menor.



- Elucidativa será a leitura da Ementa do **Resp. 279273 / SP**, de relatoria da Ministra Nancy Andrighi:

Responsabilidade civil e Direito do consumidor. Recurso especial. Shopping Center de Osasco-SP. Explosão. Consumidores. Danos materiais e morais. Ministério Público. Legitimidade ativa. Pessoa jurídica. Desconsideração. Teoria maior e teoria menor. Limite de responsabilização dos sócios. Código de Defesa do Consumidor. Requisitos. Obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores. **Art. 28, § 5º.**

- Considerada a proteção do consumidor um dos pilares da ordem econômica, e incumbindo ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, possui o Órgão Ministerial legitimidade para atuar em defesa de interesses individuais homogêneos de consumidores, decorrentes de origem comum.

- A **teoria maior da desconsideração**, regra geral no sistema jurídico brasileiro, **não pode ser aplicada com a mera demonstração de estar a pessoa jurídica insolvente para o cumprimento de suas obrigações.**

Exige-se, aqui, para além da prova de insolvência, ou a demonstração de desvio de finalidade (teoria subjetiva da desconsideração), ou a demonstração de confusão patrimonial (teoria objetiva da desconsideração).

- A teoria menor da desconsideração, acolhida em nosso ordenamento jurídico excepcionalmente **no Direito do Consumidor e no Direito Ambiental**, incide com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de **desvio de finalidade** ou de **confusão patrimonial**.

- Para a **teoria menor**, o risco empresarial normal às atividades econômicas não pode ser suportado pelo terceiro que contratou com a pessoa jurídica, mas pelos sócios e/ou administradores desta, **ainda que estes demonstrem conduta administrativa proba**, isto é, mesmo que **não exista** qualquer prova capaz de identificar **conduta culposa ou dolosa** por parte dos sócios e/ou administradores da pessoa jurídica.

- A aplicação da **teoria menor da desconsideração às relações de consumo está calcada na exegese autônoma do § 5º do art. 28, do CDC**, porquanto a incidência desse dispositivo não se subordina à demonstração dos requisitos previstos no caput do artigo indicado, mas apenas à prova de causar, a mera existência da pessoa jurídica, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

AMICUS CURIAE

1. No artigo 138 do Código de Processo Civil encontram-se as disposições do *amicus curiae*.



- O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.
- Para que haja a intervenção do *amicus curiae*, deve-se demonstrar:
 - relevância da matéria
 - especificidade do tema
 - repercussão social
 - representatividade adequada, ou seja, há necessidade de peticionamento via advogado.

2. Fique atento às medidas cabíveis em caso de indeferimento/deferimento da intervenção através da intervenção do *amicus curiae*:

- Da decisão que aceita o *amicus curiae* não cabe recurso.
- Da decisão que nega sua intervenção:
 - a) se for do juiz de primeiro grau: agravo de instrumento.
 - b) Se a decisão for proferida pelo Relator: Agravo Interno.
 - c) Se a decisão for proferida por órgão colegiado dos Tribunais de Justiça ou dos Tribunais Regionais Federais: Recurso Especial.
- O *amicus curiae* pode interpor embargos de declaração.
- O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



1.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Nova Iguaçu/Procurador) Conforme o Código de Processo Civil, a continência se dá quando

- A) 2 (duas) ou mais ações possuem o pedido ou a causa de pedir em comum.
- B) 2 (duas) ou mais ações possuírem identidade quanto às partes, causa de pedir e pedidos.
- C) 2 (duas) ou mais ações possuem identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- D) 2 (duas) ou mais ações possuírem o mesmo pedido e causa de pedir, mas forem propostas em foros diferentes.
- E) 2 (duas) ou mais ações possuírem a mesma causa de pedir e pedidos, mas possuírem partes distintas.

Comentários

Está correta a letra C, posto que se mostra em harmonia com os ditames do art. 56 do CPC/15:

Art. 56. Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

Gabarito: Letra C.

2.(Instituto AOCP/2024/Fundação de Saúde de São Leopoldo/Advogado) Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil, Lei Federal nº 13.105/2015, sobre o litisconsórcio, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.
- B) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.



C) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

D) O litisconsórcio será unitário quando, pelo rito do processo, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

E) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.

Comentários

Letra A - **Certa**. Nos termos do art. 118 do NCPC:

Art. 118. Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.

Letra B - **Certa**. Consoante expresso no art. 113, III, do CPC/15:

Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

III - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

Letra C - **Certa**. Literalidade do § 1º, do art. 113, do NCPC:

Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

§ 1º O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

Letra D - **Errada**. O art. 116 do CPC/15 regulamenta o tema da seguinte forma:

Art. 116. O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

Letra E - **Certa**. Ordem do art. 115, parágrafo único, do NCPC:

Art. 115. A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será:

Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.

Gabarito: Letra D.



3.(Instituto AOCP/2023/MPE MS/Analista/Direito) Maria propôs uma ação de usucapião referente à casa em que reside atualmente e que não se trata de unidade autônoma de prédio em condomínio. Na ação, foi determinada pelo juiz a citação pessoal dos três confinantes certos do imóvel. Considerando o caso citado e o que dispõe o Código de Processo Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca do litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

- A) Não há litisconsórcio porque Maria figura sozinha no polo ativo.
- B) Há um litisconsórcio necessário por força de lei, tendo em vista que a citação dos confinantes está prevista em lei.
- C) Há um litisconsórcio passivo facultativo, porque de acordo com o texto legal basta que um dos três confinantes integre o processo para a estabilidade da relação processual.
- D) Há um litisconsórcio passivo derivativo, porque seu estabelecimento decorreu de uma decisão judicial.
- E) Não há litisconsórcio em razão da natureza da ação de usucapião, sendo que os confinantes integrarão a lide como terceiros interessados.

Comentários

Está correta a assertiva B. É o que se extrai da análise do art. 246, § 3º, do CPC/15:

Art. 246. A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

§ 3º Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.

Gabarito: Letra B.

4.(INSTITUTO AOCP/2022/AGESAN RS/Advogado Junior) O litisconsórcio é a pluralidade de sujeitos em um dos polos de uma relação processual. Com fundamento no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta a respeito do litisconsórcio.

- A) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando, dentre outras situações, ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- B) O requerimento de limitação de litisconsórcio suspende o prazo para manifestação ou resposta, que voltará a correr a partir da intimação da decisão que o solucionar.
- C) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.



D) O litisconsórcio será simples quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

E) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento ou na liquidação de sentença quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença, sendo vedada a limitação na execução.

Letra A - **Certa**. De acordo com o disposto no art. 113, III, do CPC/15:

Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

III - ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

Letra B - **Errada**. Em desarmonia com o regulamento do art. 113, § 2º, do NCPC:

Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

§ 2º O requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.

Letra C - **Errada**. Trata-se de caso de nulidade, não de ineficácia. Veja:

Art. 115. A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será:

I - nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo;

Letra D - **Errada**. Diferentemente do alegado, o litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

Art. 116. O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

Letra E - **Errada**. Observe o que diz o art.113, § 1º, do CPC/15:

Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

§ 1º O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

Gabarito: Letra A.



5.(Instituto AOCP/2021/FUNPRESP JUD/Analista) Com fundamento no Código de Processo Civil vigente, no que se refere a sujeitos do processo, litisconsórcio, intervenção de terceiros e advocacia pública, julgue os seguintes itens.

Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar, sendo que cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo.

Comentários

A questão está correta, conforme previsão dos arts. 117 e 118, do NCPC:

Art. 117. Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

Art. 118. Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.

Gabarito: Certo.

6.(Instituto AOCP/2024/Prefeitura de Uberaba/Analista de Direito) A respeito de intervenção de terceiros, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A assistência simples será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre, sem possibilidade de produzir prova para influir na sentença, quando for o caso.

B) É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes, àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

C) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

D) É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu, dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

Comentários

Letra A – **Errada**. Diferentemente do exposto, ao assistente simples é dada a possibilidade de produzir prova para influir na sentença, quando for o caso. Veja:

Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.



Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.

Art. 121. O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.

Letra B – **Certa**. Por força do disposto no art. 125, II, do CPC/15:

Art. 125. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes:

II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

Letra C – **Certa**. Segundo consta no art. 124 do NCPC:

Art. 124. Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

Letra D – **Certa**. Vejamos o que estabelece o art. 130, III, do CPC/15:

Art. 130. É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu:

III - dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

Gabarito: Letra A.

7.(Instituto AOCP/2021/FUNPRESP JUD/Advogado) Com fundamento no Código de Processo Civil vigente, no que se refere a sujeitos do processo, litisconsórcio, intervenção de terceiros e advocacia pública, julgue o seguinte item.

O incidente de desconsideração da personalidade jurídica, tipo de intervenção de terceiros previsto no Código de Processo Civil, é cabível em todas as fases de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução de título executivo extrajudicial e é resolvido por sentença.

Comentários

A assertiva está errada. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é resolvido por decisão interlocutória. Observe:

Art. 134. O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

Art. 136. Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória.



Parágrafo único. Se a decisão for proferida pelo relator, cabe agravo interno.

Gabarito: Errada.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Admite-se litisconsórcio nas causas de competência dos Juizados Especiais?

2. Qual a distinção entre litisconsórcio e intervenção de terceiro?

3. É correto afirmar que de acordo com o Código de Processo Civil, teremos o litisconsórcio necessário quando os direitos e obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito?

4. Depois de anos de estudos, Maicon e Pedro conseguiram aprovação no concurso que desejavam e foram nomeados para o mesmo cargo, o que deixou os amigos muito felizes. Posteriormente, decidiram, em litisconsórcio ativo, ingressar com uma ação judicial para discutir valores que seriam supostamente devidos em razão do cargo que ocupavam. Nesse caso, pode-se afirmar que Maicon e Pedro formarão um litisconsórcio multitudinário?

5. Conceitue assistência e quando ela será cabível?

6. Como se dá a assistência simples?

7. Como se dá a assistência litisconsorcial?

8. O que é o amicus curiae? Ele pode interpor recursos?

9. Quais os requisitos para desconsideração da personalidade jurídica?

10. O que é a desconsideração inversa da personalidade jurídica?



11. Podemos afirmar que nos termos do Código de Defesa do Consumidor não será possível a desconsideração da personalidade jurídica na hipótese de encerramento ou inatividade pessoa jurídica sem que se comprove a existência da má administração?

12. Romulo e Rodrigo são donos de uma empresa especializada em restauração de objetos antigos e de quadros de toda espécie. Ocorreu um vendaval fortíssimo na cidade, seguido por fortes chuvas e que acabou por destelhar a empresa e alagar todo o imóvel, danificando por completo todas as peças de seus clientes que lá se encontravam para restauração. Dentre as peças destruídas estavam inúmeros objetos raros e caros em valor muito superior a capacidade da empresa em fazer frente aos prejuízos. É possível, nessa hipótese, que o patrimônio pessoal de Romulo e Rodrigo seja alcançado para cobrir os prejuízos dos seus clientes?

13. O encerramento irregular das atividades da empresa autoriza, por si só, a desconsideração da pessoa jurídica e o consequente direcionamento da execução para a pessoa do sócio?

14. O Superior Tribunal de Justiça, a respeito da desconsideração da personalidade jurídica, faz menção à teoria maior e à teoria menor. Está correto afirmar que a regra geral do Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor?

Perguntas com respostas

1. Admite-se litisconsórcio nas causas de competência dos Juizados Especiais?

Sim, de acordo com a Lei 9.099/95, não se admitirá nos juizados intervenção de terceiro e nem de assistência, mas o litisconsórcio será admitido:

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

2. Qual a distinção entre litisconsórcio e intervenção de terceiro?

Essa pergunta é muito importante, pois embora o tema “intervenção de terceiro” não seja objeto de estudo deste relatório, você precisa saber diferenciá-los, para não cair em “pegadinhas” na hora da prova. Os litisconsortes são partes originárias do processo, mesmo que seu ingresso nos autos ocorra em momento posterior ao início do processo (art. 115, parágrafo único). Na intervenção de terceiro, temos alguém **estranho à relação processual estabelecida entre autor e réu**. O terceiro torna-se parte, mas não em decorrência da relação direta entre autor e réu.



3. É correto afirmar que de acordo com o Código de Processo Civil, teremos o litisconsórcio necessário quando os direitos e obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito?

Pegadinha, corujas!!!! Essa era uma hipótese que constava do CPC/73, e as alterações legislativas são sempre um “prato cheio” para o examinador, principalmente porque ficamos anos estudando uma lei e depois ela é alterada!

A nova redação suprimiu o inciso II, do art. 46, do CPC de 1973, que tratava da hipótese de litisconsórcio **quando os direitos e obrigações derivavam do mesmo fundamento de fato ou de direito**. Essa previsão não foi incluída no CPC/2015.

4. Depois de anos de estudos, Maicon e Pedro conseguiram aprovação no concurso que desejavam e foram nomeados para o mesmo cargo, o que deixou os amigos muito felizes. Posteriormente, decidiram, em litisconsórcio ativo, ingressar com uma ação judicial para discutir valores que seriam supostamente devidos em razão do cargo que ocupavam. Nesse caso, pode-se afirmar que Maicon e Pedro formarão um litisconsórcio multitudinário?

Não, entende-se por litisconsórcio multitudinário aquele formado por um número excessivo de litisconsortes e que **dificulta a defesa OU prejudica a rápida solução do litígio**.

Nesse caso, Maicon e Pedro formarão um litisconsórcio facultativo e unitário.

- Facultativo – sua formação não é obrigatória
- Unitário – porque o juiz precisará decidir de igual forma, e a questão deixou claro que eles foram nomeados para o mesmo cargo e a ação versa sobre versar devidas em razão do exercício deste cargo.

5. Conceitue assistência e quando ela será cabível?

Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.

A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.

6. Como se dá a assistência simples?

Na assistência simples, o assistente, em nome próprio, auxiliará na defesa de direito alheio, isso é, o substituto agirá em nome próprio, contudo, não poderá transigir, renunciar ou reconhecer o pedido, já que, insiste-se, ele é mero auxiliar da relação processual.

Importante: como o assistente atua somente de forma complementar, eventual recurso interposto só por ele, não será reconhecido.



Importante: se o assistido, aquele que integra a relação processual originária, for omissos ou revel, o assistente será seu substituto processual.

Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que:

I - Pelo estado em que recebeu o processo ou pelas declarações e pelos atos do assistido, foi impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença;

II - Desconhecia a existência de alegações ou de provas das quais o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.

7. Como se dá a assistência litisconsorcial?

Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

É aquele que passa a integrar a lide na qualidade de litisconsorte ulterior.

O assistente litisconsorcial também é titular do direito material que se está discutindo no processo, por isso, ele pode praticar atos sem se subordinar ao assistido, tendo poderes para pedir o julgamento antecipado da lide, recorrer e até mesmo de executar a sentença.

8. O que é o amicus curiae? Ele pode interpor recursos?

O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

Amicus curiae não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, salvo embargos de declaração e da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

9. Quais os requisitos para desconsideração da personalidade jurídica?

O Código Civil adotou a “teoria maior” para desconsideração da personalidade jurídica, em que é preciso configuração do abuso da personalidade jurídica (desvio de finalidade ou confusão patrimonial) para que o juízo decida, a requerimento da parte ou do MP (quando lhe couber intervir no processo), que a execução seja voltada aos bens particulares dos administradores ou dos sócios da pessoa jurídica.

10. O que é a desconsideração inversa da personalidade jurídica?



É aquela que ocorre quando se afasta a autonomia patrimonial entre a pessoa jurídica e a pessoa natural, após constatado que os sócios integraram seu patrimônio pessoal ao patrimônio da empresa. Esse expediente é utilizado, por exemplo, para “esconder” o patrimônio do cônjuge, na oportunidade da meação.

11. Podemos afirmar que nos termos do Código de Defesa do Consumidor não será possível a desconsideração da personalidade jurídica na hipótese de encerramento ou inatividade pessoa jurídica sem que se comprove a existência da má administração?

Não, pelo contrário, o CDC permite que a desconsideração ocorra independentemente da má administração ou da fraude, por exemplo. Ainda que a atuação dos sócios e administradores tenha sido proba, poderá ocorrer a desconsideração da personalidade jurídica, seja pelos permissivos previstos no **caput do artigo 28** ou do **parágrafo 5º**.

12. Romulo e Rodrigo são donos de uma empresa especializada em restauração de objetos antigos e de quadros de toda espécie. Ocorreu um vendaval fortíssimo na cidade, seguido por fortes chuvas e que acabou por destelhar a empresa e alagar todo o imóvel, danificando por completo todas as peças de seus clientes que lá se encontravam para restauração. Dentre as peças destruídas estavam inúmeros objetos raros e caros em valor muito superior a capacidade da empresa em fazer frente aos prejuízos. É possível, nessa hipótese, que o patrimônio pessoal de Romulo e Rodrigo seja alcançado para cobrir os prejuízos dos seus clientes?

Sim, é possível a desconsideração em caso de insolvência, **nos termos do Art. 28, caput**.

13. O encerramento irregular das atividades da empresa autoriza, por si só, a desconsideração da pessoa jurídica e o consequente direcionamento da execução para a pessoa do sócio?

Essa pergunta contém uma pegadinha, por não ter especificado o diploma legal, o que trará respostas diferentes. Vamos fazer um quadro para esquematizar as hipóteses em que o encerramento irregular autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica.





Nesse sentido, cita-se, ainda, julgado do STJ, "O encerramento das atividades ou dissolução, ainda que irregulares, da sociedade não é causa, por si só, para a desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código Civil." (STJ. 2ª Seção. EREsp 1306553/SC, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 10/12/2014).

14. O Superior Tribunal de Justiça, a respeito da desconsideração da personalidade jurídica, faz menção à teoria maior e à teoria menor. Está correto afirmar que a regra geral do Código de Defesa do Consumidor adota a teoria menor?

Sim, o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor adotaram teorias distintas, o primeiro adotou a Teoria Maior e o CDC, a Teoria Menor. Diz-se "teoria maior" e "teoria menor" pela quantidade de requisitos legais que se exige para a desconsideração da personalidade jurídica. Enquanto o Código Civil exige mais requisitos, o CDC exige menos, por isso, teoria menor.

Na Teoria Maior, além da insolvência, deve-se fazer a prova do desvio de finalidade, uso abusivo ou fraudulento (teoria maior subjetiva) ou prova da confusão patrimonial (teoria maior objetiva).

Na Teoria Menor, basta que o credor demonstre a insolvência do devedor, ou seja, o único requisito é o prejuízo do consumidor em ter o dano reparado.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Nova Iguaçu/Procurador) Conforme o Código de Processo Civil, a continência se dá quando

- A) 2 (duas) ou mais ações possuem o pedido ou a causa de pedir em comum.
- B) 2 (duas) ou mais ações possuírem identidade quanto às partes, causa de pedir e pedidos.
- C) 2 (duas) ou mais ações possuem identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- D) 2 (duas) ou mais ações possuírem o mesmo pedido e causa de pedir, mas forem propostas em foros diferentes.
- E) 2 (duas) ou mais ações possuírem a mesma causa de pedir e pedidos, mas possuírem partes distintas.

2.(Instituto AOCP/2024/Fundação de Saúde de São Leopoldo/Advogado) Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil, Lei Federal nº 13.105/2015, sobre o litisconsórcio, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.
- B) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- C) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- D) O litisconsórcio será unitário quando, pelo rito do processo, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- E) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.

3.(Instituto AOCP/2023/MPE MS/Analista/Direito) Maria propôs uma ação de usucapião referente à casa em que reside atualmente e que não se trata de unidade autônoma de prédio em condomínio. Na ação, foi determinada pelo juiz a citação pessoal dos três confinantes certos do imóvel. Considerando o caso citado e o que dispõe o Código de Processo Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca do litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

- A) Não há litisconsórcio porque Maria figura sozinha no polo ativo.



- B) Há um litisconsórcio necessário por força de lei, tendo em vista que a citação dos confinantes está prevista em lei.
- C) Há um litisconsórcio passivo facultativo, porque de acordo com o texto legal basta que um dos três confinantes integre o processo para a estabilidade da relação processual.
- D) Há um litisconsórcio passivo derivativo, porque seu estabelecimento decorreu de uma decisão judicial.
- E) Não há litisconsórcio em razão da natureza da ação de usucapião, sendo que os confinantes integrarão a lide como terceiros interessados.

4.(INSTITUTO AOCP/2022/AGESAN RS/Advogado Junior) O litisconsórcio é a pluralidade de sujeitos em um dos polos de uma relação processual. Com fundamento no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta a respeito do litisconsórcio.

- A) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando, dentre outras situações, ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- B) O requerimento de limitação de litisconsórcio suspende o prazo para manifestação ou resposta, que voltará a correr a partir da intimação da decisão que o solucionar.
- C) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- D) O litisconsórcio será simples quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- E) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento ou na liquidação de sentença quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença, sendo vedada a limitação na execução.

5.(Instituto AOCP/2021/FUNPRESP JUD/Analista) Com fundamento no Código de Processo Civil vigente, no que se refere a sujeitos do processo, litisconsórcio, intervenção de terceiros e advocacia pública, julgue os seguintes itens.

Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar, sendo que cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo.

6.(Instituto AOCP/2024/Prefeitura de Uberaba/Analista de Direito) A respeito de intervenção de terceiros, assinale a alternativa INCORRETA.



- A) A assistência simples será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre, sem possibilidade de produzir prova para influir na sentença, quando for o caso.
- B) É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes, àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- C) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- D) É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu, dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

7.(Instituto AOCP/2021/FUNPRESP JUD/Advogado) Com fundamento no Código de Processo Civil vigente, no que se refere a sujeitos do processo, litisconsórcio, intervenção de terceiros e advocacia pública, julgue o seguinte item.

O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, tipo de intervenção de terceiros previsto no Código de Processo Civil, é cabível em todas as fases de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução de título executivo extrajudicial e é resolvido por sentença.

Gabarito



1. C
2. D
3. B
4. A
5. Certo
6. A
7. Errado



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.